



ORDEN DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

Parecer da Ordem dos Advogados

1. A Assembleia da República através da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias solicitou à Ordem dos Advogados a emissão de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 554/XIV-2.ª, apresentado pelo partido CDS-PP, o qual consagra um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas.

2. Da “Exposição de Motivos” consta que:

“Pela Lei n.º 50/2019, de 24 de julho, foi alterada a Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições – vulgarmente denominada Lei das Armas –, bem como outras disposições legais, transpondo-se igualmente para a ordem jurídica interna a Diretiva (EU) 2017/853, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017.

O artigo 8.º da identificada Lei n.º 50/2019 previu um período de 6 meses, após a entrada em vigor da mesma, para que os possuidores de armas de fogo não manifestadas ou registadas pudessem fazer a sua entrega voluntária a favor do Estado sem que houvesse lugar a procedimento criminal, ou procederem à sua legalização, sem que houvesse lugar a procedimento contraordenacional.

O prazo terminou em 22 de março de 2020.

Em cumprimento do disposto na referida Lei, a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna aprovou e fez publicar o Despacho n.º 8422-A/2019, publicado no D.R. II Série, n.º 182, de 23 de setembro de 2019, que regulamentou tal disposição no sentido de autorizar que a receção de armas se processasse em qualquer unidade territorial da Guarda Nacional Republicana ou da Polícia de Segurança Pública, em qualquer ponto do país.



É um facto conhecido que muitos proprietários ou possuidores de armas se furtam à sua legalização ou entrega, com receio de eventuais consequências criminais ou para evitarem o pagamento de coimas pesadas, designadamente, em caso de detenção não manifestada. É, pois, desnecessário realçar a importância destes «períodos de graça» para reduzir o número de armas ilegais existentes, reduzindo os perigos inerentes à sua posse clandestina.

Mas há outro motivo, suficientemente ponderoso para justificar a abertura de um novo período de entrega voluntária de armas ilegais a favor do Estado, ou de legalização das mesmas.

Referimo-nos, como é óbvio, à pandemia de Covid19 e aos efeitos que a mesma teve sobre o atendimento ao público.

A partir do momento em que foi decretado o estado de emergência, por exemplo, a PSP determinou internamente que tudo aquilo que tivesse a ver com entrega ou legalização de armas deveria ser tratado pessoalmente, e apenas no Departamento de Armas e Explosivos em Lisboa ou nos Núcleos de Armas e Explosivos dos Comandos daquela força de segurança, espalhados pelo País.

Ou seja, por causa da emergência do Covid19, aquilo que era considerado um prazo «largo» para a entrega voluntária de armas ilegais, no âmbito de um processo relativamente expedito de entrega – com a faculdade de entregar em qualquer força de segurança do País –, tornou-se subitamente num pesadelo logístico, quer para os agentes das forças de segurança, quer para os particulares que quisessem recorrer a esta faculdade legal, mesmo com os prazos suspensos por sucessivos diplomas legais.”.

3. Na verdade, em virtude da pandemia de Covid 19, todos os cidadãos têm conhecimento do quanto tem sido difícil conseguir atendimentos presenciais ou por marcação nos diferentes organismos públicos e o quanto a burocracia se acumulou.



4. Também temos consciência que por vezes os cidadãos deixam para os últimos dias o cumprimento das suas obrigações, esgotando os prazos até ao seu limite.

5. Ora, conforme consta da exposição de motivos, o prazo de 6 meses fixado pela Lei nº 50/2019, de 24 de julho, para que os possuidores de armas de fogo não manifestadas ou registadas pudessem fazer a sua entrega voluntária a favor do Estado, evitando o procedimento criminal ou contraordenacional, terminou em pleno estado de emergência.

6. Significando que alguns cidadãos mais relapsos possam ter ficado impedidos de o fazer.

7. Ora, parece-nos que o espírito da norma do art.º 8º da Lei nº 50/2019 de 24 de julho, tem como finalidade última, o combate à utilização e circulação ilegal e indevida de armas de fogo, não manifestadas ou registadas, para atividades criminosas, por forma a garantir a segurança de todos os cidadãos.

8. Razão pela qual, entendemos não existir qualquer obstáculo à consagração de um prazo extraordinário de 120 dias para a entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas, e para requerer a sua posse em regime de detenção domiciliária provisória, pelo prazo máximo de 180 dias, no caso de ser possível a sua legalização, nos termos previstos dos arts. 1º (Objeto) e 2º (Manifesto voluntário e detenção domiciliária provisória) do diploma em análise.

9. Concordando-se ainda com a necessidade de ser implementada uma campanha de sensibilização contra a posse ilegal de armas e de divulgação da possibilidade de proceder à sua entrega voluntária sem que haja lugar a procedimento criminal.

10. Emitindo, por isso, em face do exposto, a Ordem dos Advogados parecer favorável ao Projeto de Lei N.º 554/XIV-2ª, apresentado pelo partido CDS-PP.



ORDEN DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

É este, s.m.o., o nosso parecer.

Lisboa, 16 de outubro de 2020

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Margarida Simões', written in a cursive style.

Margarida Simões

Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados